



INFÂNCIAS ABRIGADAS: UM ESTUDO DE CASO¹

RODRIGUES, Rita de Cássia Ferreira Pereira.¹

¹, *Faculdade de Educação - Universidade Federal de Pelotas – FaE/UFPel*

FIGUEIREDO, Márcio Xavier Bonorino²;

². Orientador, Dr. em Educação e docente da ESEF/FaE / UFPel
(bonorinosul@gmail.com)

1- INTRODUÇÃO

O foco principal deste trabalho são crianças e adolescente tutelados em uma instituição de abrigo, numa cidade do interior do Rio Grande do Sul. O objetivo principal é investigar as concepções de infância subjacentes aos discursos e às práticas sociais de cuidado e educação dos adultos que atuam na Casa da Criança e do Adolescente. As infâncias são múltiplas e variadas, mas a infância institucionalizada sob a tutela do Estado, vem sendo marcada por diferentes histórias, ao nosso ver, invisíveis. É sobre essa invisibilidade e na tentativa de torná-la exposta à sociedade e principalmente ao universo da Formação de Professores da Infância é que colocamos a justificativa da pesquisa.

Falar de criança é algo que nos remete à diversidade e à desigualdade relativa à maneira de se viver e entender a infância. Quando falamos de criança logo nos vem à mente a idéia de brincadeiras, sonhos, proteção e a quase ausência de preocupações, tendo sempre o mesmo conceito de família de pai, mãe e filhos morando na mesma casa em perfeita harmonia, com condições econômicas sustentáveis. Mas essa não é a realidade de muitas infâncias e adolescentes, o abandono de crianças no Brasil tem uma história muito longa que percorre muitos séculos Antigamente as crianças enjeitadas eram entregues à Roda dos Expostos² que era um, e havia altos índices de mortalidade infantil, Brasil foi o último país a terminar com a roda dos expostos. Desde então o abandono de crianças e adolescentes continua acontecendo no Brasil, elas enfrentam um cotidiano bastante adverso que as conduzem desde muito cedo ao trabalho infantil, ao sofrimento pelo

¹ Pesquisa financiada pelo CNPq edital 009/2007;

² Dispositivo cilíndrico dividido em duas partes uma para o interior da Santa Casa e outra metade para rua. Era assistida por uma ama rodeira que vigiava dia e noite a entrega dos expostos

abuso e exploração por parte dos adultos, ao abandono. Da Roda dos Expostos passamos aos Lares de Abrigo, Casas de Instituições que tem dado proteção, a esses menores, não mais sobre o cunho assistencialista, mas sobre a jurisdição das leis brasileiras, que protegem a infância e o Adolescente em condição de risco. (leis

Pensamos que poderíamos – e até que deveríamos, pautados por um compromisso, como pesquisadores da infância, dar voz há quem pouco é ouvido nesse processo de retirada das crianças de seu contexto mais primitivo. Buscamos também acompanhar essas crianças em seus abrigos, seu cotidiano, suas rotinas em meio às cuidadoras, enfim “seus novos lares” e assim poder nos pautar por um atendimento às demandas de formação de educadoras, situando essa formação num outro olhar. Em que pese nossa intenção inicial, vinculada à formação de professores, fomos, paulatinamente, nos voltando para os dizeres e os modos de ser das infâncias desses lugares sociais, voltada ao conhecimento e compreensão dessas infâncias sob tutela do sistema de custódia institucionalizada que, geralmente são tratadas em âmbito social como infâncias invisíveis, desprovidas de especificidade, de forma preconceituosa como um grupo de crianças desvalidas da sorte e fadadas à exclusão. (Didonet,1996;Macílio,19998;Rizzini,1989,1983b).

2- METODOLOGIA

A marca qualitativa é a base dos instrumentos e ferramentas utilizados nessa pesquisa. Fruto de observações participativas, através de encontros semanais, conta com registros escritos, gravações sonoras, conversas e desenhos feitos pelas crianças e adolescentes, além de brincadeiras sugeridas por eles e reuniões com grupo de estudos e professores orientadores. Tendo como fonte o universo dos educadores sociais, auxiliares de ensino, coordenação pedagógica, assistente social, funcionários, famílias ou responsáveis pelas crianças e adolescentes e demais colaboradores dos serviços oferecidos na Casa da Criança e do Adolescente. Utilizamos também como procedimentos de coletas de dados entrevistas, com roteiro semi-estruturado, individual ou grupal e análise documental. Outro procedimento significativo foi a análise documental que, no caso, se tornou uma ferramenta valiosa e complementar na abordagem de dados qualitativos. Os relatórios escritos produzidos pelos sujeitos que dirigem, atuam e interagem nos contextos pesquisados, os projetos educativos e assistenciais, assim como, as normas disciplinares construídas para orientarem a convivência nesse ambiente foram alguns dos documentos a serem submetidos à análise .

3- RESULTADOS e DISCUSSÃO

Uma primeira aprendizagem com a pesquisa, diz respeito à permeabilidade desses lugares que abrigam crianças. No Brasil não há uma única forma de cuidar das crianças em situação de risco. Conforme dados do Ministérioexistem ...instituições, sendo que dessas, ...são no Rio Grande do Sul. Mesmo em nosso estado, as propostas institucionais para essas crianças são diferenciadas, no caso da instituição que envolve a nossa pesquisa, mais diretamente, percebemos diferenciações dentro da Instituição. No caso das educadoras, não há predomínio de

uma função para a C.C.A. Um terço das educadoras acreditam que a Casa tem um papel moralizador das práticas vivenciadas na família e assinalam como importante um apagamento moral das práticas sociais e culturais dessas crianças. É como se fosse um pacto tristemente construído num cotidiano árduo: *“aqui é a casa deles, nós é que cuidamos, alimentamos, levamos na escola, educamos eles, porque as famílias só judiam”*. Apenas dois por cento das educadoras acredita que as crianças podem ter um outro futuro e podem se constituir como sujeitos de direito, cidadãos respeitados, mas ao mesmo tempo também é uma idéia de cidadão do futuro. Falta uma idéia de cidadania presente: uma cidadania da infância. Apenas uma das educadoras é protagonista de um projeto juntamente com o grupo de crianças. Quanto às famílias, das oito visitadas, sete desejavam ter a guarda das crianças novamente. Seis apontaram a falta de emprego e a precariedade das residências como fatores agravantes da perda temporária da guarda. Dentre essas afirmativas existem posições diferenciadas entre pais, mães, avós, porque em caso de abuso ou de exploração pelo trabalho infantil, algum membro da família aparece como denunciante, mas na entrevista, não expõe sua idéia, pois continua convivendo com o agressor ou a agressora. Salta aos olhos nesses dados o envolvimento emocional das pessoas ao produzirem seus discursos sobre a problemática e a falta de políticas públicas de atendimento e assessoria a essas famílias em dificuldade financeira e de saúde: *“olha essa foto (falou a avó lacrimejando e mostrando uma festa de um ano da neta, que hoje está abrigada), a gente era bem feliz, trabalhava, podia cuidar dos netos, o pai dela não bebia, era uma pessoa do bem, agente era pobre e tinha tudo em casa...hoje é casebre”*. A visita às moradias para a entrevista aos familiares foi difícil, mas o pesquisador envolveu percorreu distâncias na zona rural do pequeno município demonstrando o quão essas famílias estão distantes das políticas que poderiam lhes atender...*não tem dinheiro para o ônibus, (diz uma mãe que precisaria de cadeira de rodas), para se deslocar ao centro do município e usufruir de pequenos benefícios. Em caso de doença também estão desprovidos do alcance dos postos de saúde. Isso nos apontou uma outra invisibilidade: a presença de crianças oriundas da zona rural não é tão insignificante quanto pensávamos e o senso comum sobre a violência urbana passa a descortinar uma violência que se inscreve, também, em ambiente rural, fruto do esquecimento desses sujeitos como cidadãos. (Só foram visitadas com o consentimento da Assistente Social famílias, cujas crianças estavam sob guarda temporária do Estado, pois as outras as questões correm em segredo de justiça). Esses dados tem nos colocado cada vez mais em direção a uma análise com as crianças, de sua condição, buscando construir um estudo com as vozes mais submetidas e silenciadas*

4- CONCLUSÃO

Podemos dizer que as análises sobre esse lugar/espço vêm nos mostrando que esta instituição representa uma fronteira entre as famílias e as crianças. Outro aspecto a ser destacado é que essas crianças perdem a visibilidade social ao serem incorporadas ao estado, por não pertencer mais a uma família e também por não se

sentirem dentro de uma família. O fato mais importante que apareceu na fala de algumas mães é o seguinte: por mais precário que seja o seu lar de origem, a preferência ainda é por ele, apesar do abrigo oferecer algumas condições que não são oferecidas na casa dos pais. Esses aspectos não servem para desqualificar o atendimento da CCA, mas para nos fazer refletir sobre as relações entre família-criança abrigada e o que estas crianças produzem. Numa fase secundária da pesquisa estamos nos propondo a realizar o levantamento, a caracterização das ações educativas em instituições de abrigamento, oferecidas às crianças em Pelotas e Região, confrontando estas iniciativas com certos princípios e normatizações contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), num esforço inovador porque seremos pautados pela versão das crianças. Sabemos, que a versão das crianças ainda está a desejar e a pulsar em nossa pesquisa.

5- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: Cortez, 1988.

ARIÉS, P. **Historia Social da Criança e da Família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro, 1981.

BRASIL. Lei n. 8.069/90, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do adolescente, Brasília. Câmara Federal.

BULCÃO, I. A produção de infâncias desiguais: uma viagem na gênese dos conceitos “criança” e “menor”. In: NASCIMENTO, Maria Livia do (Org.) **Pivetes. A produção de infâncias desiguais**. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2002. (cap. IV: p. 61-73)

CARVALHO, M.doC. B.de. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. **Serviço Social e Sociedade**, n. 55, p. 105-113, 1997.

DELGADO, A. C.C. & MULLER, F. **Tempos e espaços das Infâncias**. <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1/articles/intro.pdf>. Acesso em 22/06/2009 às 17:34:02.

DORNELLES, L.V. **Infâncias que nos escapam: Da Criança na Rua à Criança Cyber**. Petrópolis/ RJ: Vozes, 2007.

FERREIRA, M. Os estranhos sabores da perplexidade numa etnografia com crianças em jardim de infância. In: CARIA, Telmo (org.). **Experiência etnográfica em Ciências Sociais**. Porto: Edições Afrontamento, 2002,

RIZZINI, I; RIZZINI, I. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: Percurso Histórico e Desafios do Presente**. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

